

Caminhos Identitários: contribuições de Kabengele Munanga na construção da identidade negra positiva

Quecia Silva Damascena

Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia - Brasil
queciadddamascena@yahoo.com.br

Eduardo Oliveira Miranda

Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia - Brasil
eduardomiranda48@gmail.com

Resumo: O presente artigo parte de inquietações postuladas a partir das leituras das obras do professor Kabengele Munanga, do qual destacamos as produções literárias: *Negritude: usos e sentidos* (1986), *Superando o racismo na escola* (2005), *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia* (2004). Tais reflexões resignificaram a construção das nossas identidades docentes, o que tem rebatimento intenso na forma que visualizamos as possibilidades culturais dispostas no chão da escola. Nesse movimento, recorreremos ao teórico Tomaz Tadeu da Silva (2000) para elucidar de que forma se entrelaçam as categorias Identidade e Diferença. Ambas pautadas nas intencionalidades da classe hegemônica. Além disso, convidamos para o diálogo Nilma Lino Gomes (2003) para compreender ainda mais as questões de identidade e questões raciais. No campo do poder simbólico, acessamos as produções de Bourdieu (1989). Enfim, traçamos veios teóricos com a prerrogativa de articular posturas favoráveis a Lei Federal 10.639/03.

Palavras-chave: Educação. Racismo. Identidade. Diferença. Poder Simbólico.

Introdução

O presente artigo parte de inquietações postuladas a partir das leituras das obras do professor Kabengele Munanga, do qual destacamos as produções literárias: *Negritude: usos e sentidos* (1986), *Superando o racismo na escola* (2005), *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia* (2004). Tais reflexões resignificaram a construção das nossas identidades docentes, o que tem rebatimento intenso na forma que visualizamos as possibilidades culturais dispostas no chão da escola.

Sendo assim, aproveitamos as nossas compreensões para tentar um diálogo que nos leve a pensar de que forma o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) consegue, na atualidade,

provocar produções curriculares, oficiais e ocultas, que intensificam o legado histórico do racismo. Por não compactuar com as continuidades das segregações raciais que tencionamos os espaços escolares, bem como a formação de professores a implementar a Lei Federal 10.639/03, a qual elucida;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Portanto, evidenciar as implicações da referida Lei é trazer para dentro dos planos de curso, dos planos de aula, oficialmente tornar conteúdos valorativos na esfera do currículo das escolas públicas e particulares. Trabalhar com a História Africana e Afro-Brasileira significa tirar do silenciamento corpos negros que construíram o nosso país. É compromisso da Educação proporcionar a reparação social, sobretudo pelo fato das nossas salas de aula estarem compostas por uma imensa efervescência de legados africanos.

Construções identitárias

Quando falamos de identidade se faz necessário ressaltar que nosso processo de construção identitária engloba diversos marcadores, tais como, gênero, religião, raça, sexo, etnia entre outros, que nos direcionam em nosso cotidiano social e nos representam enquanto sujeito histórico. Dentre estes, o marcador racial é o que move a construção da nossa produção textual. Para tal, precisa-se considerar que ao falarmos de raça estamos também falando de construções ideológicas e hierarquização social.

Ao analisarmos os registros históricos da humanidade, que se direcionam a definir a origem das civilizações humanas, encontra-se como fio condutor das descobertas e afirmações científicas as atribuições de valor que trazem marcas de superioridade e inferioridade, onde para o negro a inferioridade tem sido perpetuada até os tempos atuais, através dos conteúdos históricos apresentados nos espaços escolares, o que nada contribui para uma construção positiva de identidade nos sujeitos em formação. Segundo (MUNANGA, 1986, p. 23), “é através da educação que a herança social de um povo é legada as gerações futuras e inscritas na história”. A identidade é um processo social que se alimenta de memória, e construir uma memória positiva é o passo inicial para que se estabeleçam as relações identitárias, assimilar

os valores culturais antes negados e desconstruídos e então tomar consciência de si diante do mundo.

Identidade é um processo de aquisição de características culturais, ideológicas e sociais, que se traduz no Brasil através do multiculturalismo, como nos diz O multiculturalismo é o jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem. (Gonçalves; Silva, 2003, p. 111), considerando que as forças das ideologias reproduzidas ao longo da história com as tradições e práticas socialmente legitimadas, aponta uma enorme necessidade em construir novas ideologias, resgatar tradições e valores que contribuam igualitariamente para formação de uma identidade coletiva. Historicamente, a mestiçagem demarcou os lugares sociais e assim refletiu no processo de auto identificação, onde as diferenças biológicas, nesse sentido, estiveram pautadas nas diferenças sociais, ou seja, todo processo de inferiorização é antes de um fator biológico um fator social, pois se originou como dispositivo de opressão e dominação dos europeus sobre os negros, convencendo-os de sua incapacidade física, mental e histórica como ser humano, essa inculcação ideológica balizou o mecanismo mais eficiente para dominação dos europeus e escravização dos africanos:

Não apenas os indígenas e os africanos, mas todos os seus descendentes foram desde os primórdios da colonização submetidos ao crivo de uma visão eurocêntrica do mundo e tiveram seus atributos corporais e os seus modos de ser e de existir avaliados a partir de valores e interesses ditados por aquela visão (CONSORTE, 1999, p. 10).

Nos dias atuais as marcas dessa dominação estão presentes em cada elemento identitários como ressalta Munanga que é justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. Portando as modificações nas características físicas, a exemplo das pessoas que buscam seguir um padrão de beleza imposto socialmente, sendo ele o europeu, alisam seus cabelos, utilizam-se de cosméticos para clareamento da pele, se submetem a intervenções cirúrgicas para modificar seus traços africanos que socialmente são animalizados, resultando em um processo de branqueamento estético. Ao tratarmos dos elementos culturais que abrangem as questões artísticas, religiosas e sociais, a negação ou desconhecimento histórico do negro enquanto sujeito produtor de conhecimento e ator de sua história, fortalece a marginalização de sua cultura, de sua ancestralidade, ou seja, suas raízes históricas são negadas enquanto legítimas para essa sociedade, a exemplo até os dias atuais as religiões de matriz africana ainda são

demonizadas, o processo de assimilação de valores sociais e religiosos legitimados pela sociedade são os europeus, o que for diferente destes, é inferior.

Abandonada a assimilação, a libertação o negro deve efetuar-se pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma. O esforço para alcançar o branco exigia total auto rejeição; negar o europeu será o prelúdio indispensável a retomada. É preciso desembaraçar-se desta imagem acusatória e destruidora, atacar de frente a opressão, já que é impossível contorná-la. (MUNANGA, 1986, p. 32).

Analisando a formação da sociedade brasileira, dentro de um contexto racial e cultural diverso, romper com os paradigmas ideológicos que contradizem essa diversidade é uma forma de promover a tão desejada democracia racial, pois considerar a existência de uma diversidade genética e cultural é indispensável para uma sociedade igualitária, e então partindo do conceito de multiculturalismo todas as práticas sociais e históricas dos sujeitos diversos no Brasil precisam ser legitimadas, visto que discutir identidade significa acionar a categoria Diferença:

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Dessa forma, devemos tencionar o poder que nos diz quais elementos simbolicamente legitimados são os constituidores das identidades presentes no espaço escolar. Inserir no currículo o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é um passo importante para provocar rupturas históricas. Além disso, na formação dos educadores que atuam na sala de aula, não foram inseridos como domínio necessário os conteúdos de história que possibilitem a desconstrução do racismo, pois se faz necessário “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2000, p. 83).

O processo de aplicação da Lei Federal 10.639/ 03 caminha a passos longos e vagarosos, posto que muitas instituições escolares compreendem que a aplicabilidade da Lei 10639/03, se traduz em trabalhar com os mesmos conteúdos do livro didático acrescentando apenas atividades complementares nas datas comemorativas, por exemplo, o dia da consciência negra. Ou seja, abarcar a referida Lei é trazer a conhecimento ou memória todos os sentimentos e condições históricas a qual os negros foram submetidos, onde muitos preferem apagar de sua história ou até mesmo não se identificam, dentro de uma identidade nacional em

processo, por isso quando citamos a estrutura populacional brasileira em sua construção se faz necessário considerar que a população brasileira ainda não se reconhece. Segundo Munanga (2004, p. 96),

O sonho de realizar um dia o “passing” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidades coletivas.

A construção de identidade passa pelo processo coletivo, onde as referências são um dos principais norteadores nesse processo. Então, a necessidade de fomentar os valores culturais, partindo da diversidade e da diferença e não da atribuição de valores hierarquizados como tem sido até os tempos atuais, inferiorizar ou supervalorizar é tentar produzir um genocídio cultural. Historicamente temos como uma grande barreira na construção identitária as questões estéticas que refletem muito da identidade racial. Uma das estratégias logo após o fim da escravidão, era projetar casamentos inter-raciais a fim de salvar sua prole do subjugo que ainda não se assume na sociedade brasileira do século XXI, muitos acreditam ser uma prática que ficou no passado e alimentam-se do mito de democracia racial enraizado no imaginário social brasileiro. Nesse ideal de limpeza, muitos encontram nas relações matrimoniais com pessoas mais claras a salvação, segundo Munanga (2004, p. 93): “Assim no Brasil o negro pode esperar que seus filhos sejam capazes de furar as barreiras que o mantiveram para trás, caso eles casem com gente mais clara”.

Tal pensamento concebe como possibilidade a salvação no branqueamento da geração familiar, onde nessa ideologia quem assume o desprestígio com maior intensidade são as mulheres negras, a quem foi atribuído a função de objeto sexual. A educação no atual contexto histórico, precisa desconstruir essa perpetuação ideológica referente a atribuição da mulher negra em seu papel social, pois esses conceitos reforçam os valores culturais de pertencimento. O imaginário equivocado, machista e explorador que permeia o pensamento social brasileiro, subjugou simbolicamente o corpo da mulher negra a uma função propriamente sexual, refletindo como impedimento na construção familiar das mulheres negras.

Abdias considera absurdo apresentar o mulato que na sua origem, é fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. Ele evoca o ditado popular “branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar”, para apoiar a ideia geral de que a mulher negra foi prostituída (MUNANGA; 2004 p.98).

A ideologia de branqueamento racial é uma arma política e psicológica muito utilizada em favor da classe dominante, o que dificulta o fortalecimento das emergências e

sobrevivências culturais dos africanos e de seus descendentes, alvos em grande parte vulneráveis a alienação de seus valores culturais e ideológicos. Conhecer sua história, suas raízes é o que pode contribuir para o fortalecimento de suas estéticas ancestrais.

Um dos espaços mais utilizados para transmissão de valores tem sido a escola, sendo também nos tempos atuais uma das territorialidades de força maior para intensificar o ideal de diversidade e pluralidade, tratando o diferente como diverso e não como inferior, ou seja, uma educação antirracista e plural. É a formação promovida pela educação que reflete na sociedade seu posicionamento mediante as questões sociais, e se o sentimento de inferioridade étnica, que há muito tempo tem sido alimentado não for protestado e desconstruído o processo de construção positiva da identidade negra estará sempre comprometido. Fugir da discriminação racial é um dos resultados produzidos pelos negros que internalizaram o ideal de branqueamento, para que se sintam parte da classe dominante, o sentimento de aproximação reflete como uma ascensão social e cultural, sabotando assim seu processo de identificação social e sua identidade. Nesse sentido, destaco como afirma Munanga (2004, p. 118-119):

Se do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações de poder.

Portanto, trabalhar a cultura negra que há muito tempo foi e tem sido negada, marginalizada e inferiorizada é umas das formas de construir uma consciência coletiva mobilizadora para a ressignificação identitária e a construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural.

Identidade simbólica

Uma das formas de afirmação identitária se dá pelos modelos simbólicos adquiridos e valorizados que socialmente são refletidos no consumo e nas reproduções em grande parte dos discursos presentes nos espaços de interação. Esses discursos ideológicos se expressam como reflexo dos modelos de branqueamento social, evidenciados através de uma pesquisa sobre com qual cor se enxergam os brasileiros, ressalta Munanga (2004, p. 133):

O que significa o total de 136 cores levantadas nessa pesquisa? Emprestando os argumentos do próprio autor citado, esse total de cores demonstra como o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco.

É assim que surgem as imagens do mais claro ou mais escuro e atribui-se o valor de prejuízo numa escala de privilégios, pois se considerados mais claros, mais próximos estarão do ideal do belo e padronizado socialmente, o que aumenta as desigualdades raciais e sociais. Nesse sentido, um dos casos é o de aceitação das cotas raciais pela classe dominante, pois muitos consideram como uma medida injusta diante das supostas oportunidades igualitárias de base comum curricular. Por isso destaco que as políticas públicas de ações afirmativas têm sido para a população negra um referencial, contribuindo para uma possível redefinição de sua negritude, pois a partir de sua tomada de consciência política perante sua identidade racial muitos negros estimulam a sua autoestima, desfazendo-se do ideal de branqueamento como representação legitimadora de sua cidadania. Sobre tais questões, recorremos ao pesquisador Bourdieu (1989, p. 4):

A dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais, entretanto apropriadas pelas camadas subalternas.

Ao longo da história que descreve a formação da população brasileira, a presença de um discurso dominante de opressão psicológica fortalecida pela crença religiosa de pureza e superioridade, se instalou pelas ideologias do verdadeiro, assim como foi no processo de catequização dos índios e negros em que toda sua constituição cultural e religiosa que recebeu ares de demonização, tornando a condição de escravidão uma relação natural, forma de purificação e compensação. O discurso não se estabelece dominante sem que haja uma manipulação social para legitimá-lo. Por esse caminho é que os padrões estéticos, fisiológicos e sociais reforçam os preconceitos raciais, consequentemente enfraquecem as construções identitárias que precisam dos modelos simbólicos positivos para sua identificação histórica.

Os meios de comunicação presentes em nosso cotidiano são mecanismos de legitimação dos valores credíveis inspirados pelas religiões judaico cristãs, sendo a forma mais efetiva de imposição ideológica, pois faz com que a população veja, acredite e faça, transformando seus valores em detrimento dos valores dominantes, reforçando as classificações políticas, filosóficas e religiosas atribuindo sentido pleno aos símbolos da classe dominante, tornando-os de ordem natural. Encontramos na formação identitária da população brasileira os impactos do poder simbólico naturalizado, principalmente no campo estético, sendo muito comum no espaço escolar que é o campo de grande influência ideológica as reproduções do discurso de que (Cabelo crespo é ruim - O negro é burro - Negro é sinal de sujeira - Traços de negro são traços de macaco - Negro tem talento pra ser ladrão - Ser branco é ser bom - Cabelo bom é cabelo liso - Eu sou um negro de alma branca...). Tais verbalizações são alguns dos discursos

mais comuns encontrados no espaço escolar que se fortalecem pelas armas ideológicas de mídia. Afinal, como uma criança vai querer assumir seus traços africanos se eles são atribuídos a rebeldia, a sujeira, a animalizações e suas representações sociais são subalternas e desqualificadas social e moralmente? Nesse sentido, segundo Bourdieu (1989, p 15), podemos compreender que:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos enérgicos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra de, eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar e reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

A identidade de um sujeito passa pelo processo de reflexo, representações e imagens, afinal é como ele é representado no cenário social que promove sua percepção no mundo, a forma pela qual o sujeito se enxerga é que define sua atuação e autoestima nas relações socioculturais. Construir identidade é atribuir sentido a suas práticas culturais num processo contínuo que se fortalece nas interações, por esses veios o poder simbólico, infere nas reproduções ideológicas como resultantes das identificações culturais, um grande exemplo desse simbolismo está nas mobilizações e nas torcidas que são grandes armas ideológicas e identitárias.

Os símbolos são como instrumentos de dominação, separação e unificação, eles são culturais e estabelecem a comunicação entre as classes, fortalecendo os valores da cultura dominante. Atualmente, o espaço mais impactado por essas estruturas simbólicas, que oprimem as identidades em formação é o espaço escolar, é no cotidiano escolar através dos currículos, dos materiais utilizados tais como livros, revistas e projetos pedagógicos que a predominância das relações de poder está determinada para o exercício do ato de educar. Nesse sentido, Petronília Silva (2004, p 5) diz que:

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados.

Para que se desconstruam esses conceitos e ideologias é preciso um processo de reeducação, sendo uma das formas de construção de uma sociedade igualitária, não tendo seu futuro determinado pelos interesses de uma cultura dominante que ainda fomenta uma inferiorização das diferenças, principalmente quando elas estão atribuídas ao sujeito negro,

provocando o surgimento de estigmas que negam o direito a alteridade. Por isso, compreender as questões étnico-raciais é indispensável para um educador, sendo assim considerar que suas práticas pedagógicas precisam antes de tudo contemplar todos os contextos sejam eles históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

Outro fator contribuinte para a identidade do sujeito é a memória histórica que foi construída pelo legado branco, tendo o sujeito europeu como um herói, salvador, fisiologicamente normal e símbolo de padronização social. Para o negro, a anormalidade e desumanização foram objeto de estudo a que grandes intelectuais, por anos se dedicaram a afirmar, conforme Nina Rodrigues (1957, p. 289), um dos defensores:

De fato, não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou ainda de contestá-la. E tanto importaria contestar a própria evidência. Contendem, porém, os que a reputam inerente à constituição orgânica da raça e, por isso, definitiva e irreparável, com aqueles que a consideram transitória e remediável. Para os primeiros, a constituição orgânica do negro modelada pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferente. Tratar-se-ia mesmo de uma incapacidade orgânica ou morfológica.

Infelizmente, esse conceito defendido por Nina Rodrigues, está entranhado no currículo escolar e se traduz nos conteúdos trabalhados em sala, eles são aprendidos e compartilhados no processo educativo que na construção de identidade interfere não somente nas relações do sujeito com o outro, mas se estabelece numa relação de confronto sobre si mesmo, é uma construção política e ideológica, por isso a necessidade de destacar a identidade negra nesse processo.

Com isso, ressignificar as práticas pedagógicas fortalecendo os elos simbólicos vinculados a África, ao dialogar com histórias dos povos africanos, a fim de fortalecer o sentimento de pertencimento racial. Segundo Gomes (2003), “não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual”. Diante disso, muitos alunos introjetam uma incapacidade intelectual e social, consequentemente fortalecendo os estereótipos de inferioridade e negatividade.

Os educadores devem buscar dispositivos para combater os estigmas inferiorizados e negativados da população negra, desnaturalizando o racismo presente no espaço escolar, atuar criticamente produzindo caminhos possíveis para uma construção positiva da identidade negra e valorização dos seus sujeitos. Não podemos mais silenciar a cultura africana nos conteúdos escolares ou permitir que sejam constituídos com a descrição eurocêntrica, com olhar do colonizador que desde a época dos jesuítas incorporou um modelo racista que renega as

africanidades, silenciam as alteridades e com isso a busca do embranquecimento social. Como observa Nilma Lino Gomes (2003, p. 176):

Pensar a relação entre escola e identidade negra é questionar não só os negros sobre a questão racial, mas também os sujeitos que pertencem a outros segmentos étnico/raciais com os quais eles convivem. A afirmação da negritude exerce pressão sobre o outro, em especial sobre o branco, e o questiona no seu suposto lugar de quem vive uma situação já dada e já conquistada, no seu suposto isolamento etnocêntrico e lhe revela quão impregnado o branco brasileiro está da negrura e da africanidades que muitos ainda insistem em negar.

Portanto, destacamos que a construção identitária que abarque as questões raciais deve fazer parte do processo educativo de todos os sujeitos envolvidos no espaço escolar, pois para a erradicação das ações racistas se faz urgente a participação do negro e do branco.

Considerações finais

Articular a educação com a identidade negra requer estratégias pedagógicas, um olhar sensível para as africanidades que não estão presentes somente no corpo, na cor da pele e no cabelo, esses traços estão nas linguagens, no comportamento, nas produções artísticas, a escola precisa contribuir para que os negros sejam sujeitos de sua própria história, reeducar o olhar pedagógico para uma prática antirracista que problematize as questões raciais para combatê-las, desconstruindo os símbolos impostos. Porém, essa construção precisa partir ser oportunizada na formação dos professores, já que um educador é um mediador ideológico e político, se ele não construir conhecimento necessário para uma prática pedagógica antirracista como poderá modificar sua postura mediante ao currículo eurocêntrico?

IDENTITY PATHS: CONTRIBUTIONS OF KABENGELE MUNANGA IN THE COST OF POSITIVE BLACK IDENTITY

Abstract: This article is based on the concerns expressed in the readings of the works of Professor Kabengele Munanga, of which we highlight the literary productions: *Negritude: Uses and Senses* (1986), *Overcoming Racism in School* (2005), *A Conceptual Approach to Notions of Race, Racism, Identity and Ethnicity* (2004). Such reflections have re-signified the construction of our teaching identities, which has an intense rebound in the way we visualize the cultural possibilities arranged on the school floor. In this movement, we used the theorist Tomaz Tadeu da Silva (2000) to elucidate how the categories Identity and Difference are intertwined. Both are based on the intentions of the hegemonic class. In addition, we invite the Nilma Lino Gomes (2003) dialogue to further understand issues of identity and racial issues. In the field of Symbolic Power, we access the productions of Bourdieu (1989). Finally, we draw theoretical lines with the prerogative to articulate positions favorable to law 10.639 / 03.

Keywords: Education; Racism; Identity; Difference; Symbolic power.

Referências

Lei no. 10.639 de 20 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Consultado em 10/12/2016.

BOURDIEU, Pierre **O Poder Simbólico**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro; memória e Sociedade, 1989.

CONSORTE, J. G. A Mestiçagem No Brasil: Armadilhas e Impasses. **Revista Margem**. São Paulo, v. 10, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v29, n1, p.167-182, jan. /jun., 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. A educação colabora para a perpetuação do racismo. **Revista Carta Capital**. São Paulo, dez/ 2012.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957.

SILVA, Petronília Beatriz. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. IN: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Quecia Silva Damascena é mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Eduardo Oliveira Miranda é doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Recebido em 18/01/2018

Aceito em 17/07/2018